

Fantasia e ideologia na era das redes sociais: reflexões sobre o bolsonarismo no Brasil

Fantasy and ideology in the era of social networks: reflections on bolsonarism in Brazil

Eduardo Bayon Britz e Claudia Maria Perrone

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Resumo. A proposta do trabalho é partir da psicanálise e abrir diálogo com outras áreas do saber para pensar a questão do bolsonarismo no Brasil, sobretudo desde a articulação entre o conceito psicanalítico de fantasia e o modo de operação dos algoritmos das redes sociais, passando pela correlação entre fantasia e ideologia, como trabalhada por Žižek. Nossa abordagem, fundamentalmente crítica, também se relaciona com a necessidade de a psicanálise se posicionar frente à movimentos políticos mortíferos, desde sua vocação como uma teoria social, e também melhor se apropriar das dinâmicas algorítmicas, tão caras a atual fase do capitalismo, olhando não apenas para os efeitos clínicos desse fenômeno, mas também para seus efeitos éticos e políticos. Em tempos de aceleração, individualismo e competição, destacamos as redes sociais como um novo modo de construir e sustentar visões de mundo, o que coloca importantes desafios para as teorias críticas e para a democracia

Palabras clave: algoritmo, democracia, fantasia ideológica, psicanálise, redes sociais

Abstract. The proposal of this article is to use psychoanalysis in dialogue with other areas of knowledge to think about the issue of bolsonarism in Brazil. We start from the articulation between the psychoanalytic concept of fantasy and the way social media algorithms operate, also going through the correlation between fantasy and ideology, as proposed by Žižek. Our critical approach relates as well to psychoanalysis's need to position itself in the face of deadly political movements, considering its vocation as a social theory, and also to better understand algorithmic dynamics, so important for the current phase of capitalism, looking not only at the clinical effects of this phenomenon, but also for its ethical and political effects. In times of acceleration, individualism and competition, we highlight social networks as a new way of building and sustaining worldviews, which poses important challenges for critical theories and democracy.

Keywords: algorithm, democracy, ideological fantasy, psychoanalysis, social networks

Introdução

Desde a primeira década dos anos 2000, o Brasil passou por diversas mudanças sociais, muitas delas alavancadas por investimentos em políticas públicas de redistribuição de renda, uma das marcas dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu a Presidência da República pela primeira vez em 2003, com Luiz Inácio Lula da Silva. Contudo, na década seguinte, pudemos observar significantes mudanças na direção da política brasileira. Elas tiveram como pontos de inflexão as chamadas Jornadas de Junho, em 2013 e, depois, em 2016, a destituição da presidenta petista eleita, Dilma Rousseff, que estava na metade do seu segundo mandato. A partir daí, em um primeiro momento o país caminhou para o aprofundamento da agenda neoliberal. Em seguida, as mudanças se voltaram em direção ao neofascismo, representado principalmente por Jair Bolsonaro, eleito em 2018¹. Em 2024, ainda estamos relativamente próximos do legado bolsonarista, o que possivelmente restringe nossa perspectiva. Mesmo assim, é preciso correr o risco de dizer algo no calor da hora. O bolsonarismo, associado à ascensão mundial dos ideais neofascistas, está entre os temas mais urgentes no Brasil contemporâneo, e diretamente ligado com os efeitos do uso massivo de internet e da difusão das redes sociais. As transformações do capitalismo e as gramáticas comuns do neoliberalismo e do conservadorismo tem, nos veículos midiáticos e nas redes sociais, o palco para diferentes operações que desafiam a democracia ao criarem ou encenarem polarizações sociais e políticas. Por se tratar de uma questão complexa, é necessário recorrer a diferentes abordagens, de modo a contemplar de maneira abrangente seus fenômenos.

Neste trabalho, nossa proposta é partir da psicanálise e abrir diálogo com outras áreas do saber para pensar o problema do bolsonarismo, sobretudo desde a articulação entre o conceito psicanalítico de fantasia e o modo de operação dos algoritmos das redes sociais, passando pela aproximação entre fantasia e ideologia. A psicanálise se constitui na articulação entre clínica e cultura, de modo que ela não pode ser potente e implicada sem que haja essa articulação. É daí que vem a força da psicanálise para propor reflexões e o aprofundamento da crítica social, analisando dimensões como a do discurso e a do desejo. Não estamos propondo uma análise que esgote o tema, mas queremos saber o que é possível pensar a partir dessa articulação. Nossa abordagem, fundamentalmente crítica, também se relaciona com a necessidade que vemos de a psicanálise se posicionar frente à movimentos políticos mortíferos, desde sua vocação como uma teoria social, e também se apropriar das dinâmicas algorítmicas, tão caras a atual fase do capitalismo, olhando não apenas para os efeitos clínicos desse fenômeno, mas também para seus efeitos éticos e políticos.

¹ Bolsonaro foi o primeiro presidente ligado à carreira militar eleito após o fim da ditadura no país.

Da redemocratização ao Brasil dividido

Em outubro de 2022, o Brasil estava imerso no processo eleitoral frequentemente apontado como o mais importante das últimas décadas. Em uma eleição acirrada, com suspeitas de tentativas de fraude pelo então Governo Jair Bolsonaro, Lula foi eleito, pela terceira vez, Presidente do Brasil, derrotando o candidato à reeleição por uma pequena margem de votos. A importância da eleição se justifica pela forte polarização vista na sociedade brasileira, insuflada por ataques às instituições democráticas e discursos inflamados contra opositores, comuns desde a campanha presidencial de 2018 e durante todo o governo Bolsonaro. Desde 2023, o Brasil ensaia uma recuperação democrática, por meio da busca de retorno à estabilidade institucional². Retomar o passado recente do país pode ajudar a compreender o atual momento. A democracia brasileira pode ser, ainda, considerada jovem. Depois de duas décadas de perseguições políticas, violações dos direitos humanos, corrupção e censura da Ditadura Militar, só a partir de 1989 a população pôde voltar a escolher um presidente por voto direto (Schwarcz e Starling, 2015).

Se durante os anos 90 a abertura da economia e as crises hiperinflacionárias se tornaram o centro das preocupações; nos anos 2000, outras questões ganharam lugar, como o combate à pobreza e à desigualdade. Em 2002 houve a eleição de um governo progressista, representado por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), cujos dois primeiros mandatos, entre 2003 e 2010, ficaram marcados por investimentos em políticas sociais e crescimento econômico. O sucesso do governo foi suficiente para alavancar a eleição de Dilma Rousseff, sua sucessora, em 2010. Ainda que ela tenha sido reeleita em 2014, muitas denúncias de corrupção, repercutidas intensamente pela mídia corporativa, foram deteriorando as bases populares e políticas dos governos petistas ao longo do tempo. A opinião pública sobre o partido mudou, e a esperança de mudança parece ter dado lugar à revolta³. Nesse sentido, o ano de 2013 é emblemático, pois ficou marcado por uma série de manifestações, depois nomeadas como as Jornadas de Junho, que tiveram início com movimentos sociais que exigiam melhorias no transporte público, mas também foram atravessadas por insatisfações com a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. Segundo Pinheiro-Machado (2019), as pautas das Jornadas, inicialmente democráticas e antiautoritárias foram, depois, apropriadas, de forma oportunista, pelas elites brancas brasileiras. Na ocasião, o Governo Federal optou por rechaçar o movimento, sobretudo por causa da preocu-

² O Governo Lula, desde seus primeiros meses, e sobretudo após o episódio de invasão da Praça dos Três Poderes, em 8 de Janeiro de 2023, buscou marcar o respeito às instituições democráticas e à mídia, entre outros, de modo a se diferenciar da belicosidade e golpismo do Governo Jair Bolsonaro e restabelecer o funcionamento institucional que durou pela maior parte do período pós-ditadura.

³ Pelo menos desde 2013, um sentimento antipetista passou a ser cultivado em parte da população brasileira. A grande mídia e um grupo do judiciário ligado à Operação Lava Jato ajudaram a moldar a opinião pública, associando, exclusivamente, o PT à corrupção (Pinheiro-Machado, 2019).

pação com a ordem às vésperas da realização da Copa. Foi então que o país se dividiu: o dia 20 de junho de 2013 pode ter sido a última vez, durante a Nova República, que polos antagônicos do espectro político brasileiro marcharam juntos.

As Jornadas aconteceram no mesmo período de diversos outros eventos políticos importantes no mundo, a exemplo da “Primavera Árabe”. Tais acontecimentos foram muito atravessados pela popularização das redes sociais que, segundo Pinheiro-Machado (2019), ainda não contavam com um “filtro-bolha” tão eficiente quanto o que existe hoje, permitindo um maior alcance dos conteúdos publicados. Portanto, este foi também um momento de massificação do ativismo virtual, mediado pelas redes sociais. Nesse cenário, a direita e a extrema-direita, conseguiram chamar a atenção de muitos jovens, principalmente pelo uso de mensagens indignadas, fáceis e diretas, nas redes sociais. Dentre diversos movimentos de direita, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua marcaram os anos de 2015 e 2016 ao canalizar a indignação popular e convocar manifestações que mobilizaram vários segmentos da população sob a bandeira do patriotismo, bem como do antipetismo e anticorrupção. A linguagem jovem, “rebelde” e contra o poder instituído, bem como a grande disseminação de memes, trouxe a aparência de renovação política a estes movimentos, que se fortaleceram e ganharam visibilidade entre 2013 e 2016. Cabe mencionar que, dentre as pessoas que ganharam projeção à época, estava o ex-militar e então Deputado Federal de pouca expressão, Jair Bolsonaro. Para alguns ele era um político “antissistema”; talvez “impaciente”, mas “autêntico” e com “coagem de dizer que pensa”⁴.

Das políticas sociais às políticas de morte

Em 2016, teve início o processo de impeachment contra Dilma Rousseff, acusada de conduzir manobras contábeis para cumprir metas fiscais. Essa foi a motivação oficial, apontada pelo Congresso e pela mídia hegemônica. Contudo, os fracos resultados econômicos e a perda da sustentação política, entre outros fatores, estão mais próximos de fundamentar esse processo considerado, pelo contexto, um golpe institucional, realizado a partir de um conluio entre o Congresso⁵ e o Poder Judiciário, com apoio das elites brasileiras e da mídia corporativa (Jinkings et al., 2016; Carnut, 2021). O golpe se sustenta no cunho exclusivamente político e na falta de embasamento técnico e jurídico do processo. Após a destituição se efetivar, uma guinada política é posta em marcha com a ascensão do vice-presidente, Michel Temer, à presidência. Ele rapidamente iniciou uma série de desmontes de políticas públicas e de direitos sociais, sob o pretexto de dinamização da economia.

⁴ Tais características, ainda que não sejam suficientes, já estão ligadas à líderes fascistas e foram retomadas no neofascismo do século XXI (Moraes, 1998; Stefanoni, 2022).

⁵ Bolsonaro, enquanto Deputado Federal, votou a favor da destituição de Dilma e, na ocasião, homenageou abertamente o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador da ditadura, com pouca ou nenhuma repercussão política pelo ato.

Também associado a esquemas de corrupção, Temer foi alvo de manifestações, entre as quais destaca-se a greve dos caminhoneiros de 2018. Pinheiro-Machado (2019) descreve tal movimento como muito heterogêneo. Alguns participantes se posicionaram contra Temer, outros contra toda a classe política, outros ainda protestavam a favor da “intervenção militar” ou a favor de Bolsonaro, já cogitado como candidato à presidência. Nessa ocasião, a esquerda, ainda buscando se recuperar do golpe institucional, não aderiu à mobilização; mas os movimentos e partidos ligados à direita, sim. A esta altura, o Brasil já estava alinhado com parte da conjuntura internacional, onde se via a captura da rebeldia pelas direitas (Stefanoni, 2022) e o retorno da retórica e práticas fascizantes⁶ (Carnut, 2021).

Em abril de 2018, Lula, pré-candidato a um terceiro mandato na Presidência da República, foi preso, após ser condenado no contexto da Operação Lava Jato. À época, ele aparecia constantemente em primeiro lugar em diversas pesquisas de intenção de voto (Pinheiro-Machado, 2019). Com Lula fora do pleito, Fernando Haddad fora escolhido como representante da chapa. Em setembro do mesmo ano, em plena campanha, outro acontecimento importante: Bolsonaro, já candidato oficial, foi atingido por uma facada durante um ato de campanha⁷. Conforme Pinheiro-Machado, “muitas pessoas argumentaram que, se alguém tentou matá-lo, é porque ‘o homem deve ser bom mesmo’ ou porque ‘os poderosos estão com medo dele’” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 108). Após semanas ainda mais instáveis de campanha, marcadas por polarização, perseguição política e medo, Bolsonaro foi eleito.

Jair Messias Bolsonaro acumulou, durante seu governo, uma grande quantidade de ataques diretos à mídia, à ciência, às instituições democráticas, a grupos sociais minoritários, aos adversários políticos e ao próprio sistema eleitoral que o elegeu (Mello, 2020). Trouxe com ele um misto de ideais neofascistas, neoliberais e neoconservadores, bem como inúmeras declarações autoritárias, racistas, homofóbicas e misóginas. Um grande bloco, formado por forças de mercado, militares, ideólogos da direita e religiosos, deu sustentação para sua eleição. Seus apoiadores se estendem desde a direita mais tradicional até a extrema-direita e ao bloco explicitamente neofascista. Podemos considerar que a eleição de Bolsonaro representa a visão de mundo de parte da população brasileira naquele período, e parece ter permitido uma espécie de retorno de muito do que havia sido recalcado na cultura: um retorno de

⁶ Os exemplos são vários: Vladimir Putin, Presidente da Rússia, que está no poder desde 2012; Viktor Orbán, Primeiro-Ministro da Hungria desde 2010; o já citado Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos entre 2016 e 2020, possível candidato às eleições de 2024; mais recentemente, Javier Milei, eleito Presidente da Argentina em 2023; entre outros, no poder, ou que rondam o poder, como Marine Le Pen, na França.

⁷ O evento da facada passou instantaneamente a ser politizado. Se por um lado houve questionamentos sobre a veracidade do ataque, por outro, vários setores do bolsonarismo buscaram culpabilizar a esquerda como um todo. No entanto, as investigações da Polícia Federal apontaram que o autor, Adélio Bispo de Oliveira, agiu sozinho. Considerado inimputável pela Justiça, ele está preso em medida de segurança.

restos não elaborados que nos acompanham desde a origem colonial do Brasil, passando pelo período ditatorial e pelo avanço da agenda neoliberal. Cabe mencionar que durante seu governo, espalhou-se pelo mundo a pandemia viral de Covid-19. Estima-se que parte das mortes poderia ter sido evitada caso o Governo Federal não optasse abertamente pelo negacionismo científico e por políticas de morte (Birman, 2020).

Em 2019, se esboçam novas mudanças de direção na política brasileira. O episódio de vazamento de mensagens da plataforma Telegram, chamado de “Vaza Jato”, confirmou uma série de vícios processuais na Operação Lava Jato (Pinheiro-Machado, 2019). A troca de mensagens entre agentes públicos centrais a operação deixa nítida a transformação do movimento anticorrupção em uma perseguição ao PT e a Lula. No mesmo ano, depois de 580 dias na prisão, Lula seria solto, após novas decisões da Justiça Federal. Nos anos seguintes, a justiça confirmaria a anulação de condenações no âmbito da Operação Lava Jato contra Lula e declararia a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro, que o havia condenado na primeira instância. Voltando a concorrer em 2022, Lula vence as eleições no segundo turno.

Contudo, os movimentos de cunho neofascista e golpista sobreviveram à eleição de Lula. Por um lado, porque foi alimentado por declarações ambíguas do candidato derrotado. Por outro, porque as forças que compõem hoje o bolsonarismo já estão presentes na cultura brasileira há muito mais tempo. No dia 8 de janeiro de 2023 ocorreu a invasão à Praça dos Três Poderes, na capital federal, Brasília, por milhares de extremistas bolsonaristas, vindos de diversos locais do Brasil. Este acontecimento guarda muitas semelhanças com a invasão do Capitólio, sede do Congresso dos Estados Unidos, no início de 2022, por uma massa insuflada pelo então presidente em final de mandato, Donald Trump, que também havia sido derrotado nas eleições presidenciais. Tanto Trump quanto Bolsonaro acusaram fraude no sistema eleitoral, mas sem apresentar qualquer prova. Entre outros, ambos compartilham o temperamento explosivo, a imagem “antissistema”, o desprezo pelas instituições democráticas e pela imprensa, e o uso intenso das redes sociais como via privilegiada de comunicação com seus eleitores.

Em 2023, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou Bolsonaro inelegível por oito anos, devido à abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, para espalhar desinformação sobre o sistema eletrônico de votação, e atacar o judiciário brasileiro. Ainda que Bolsonaro tenha sido derrotado nas eleições de 2022, não podemos esquecer que quase metade dos eleitores brasileiros o escolheram em cada uma das duas últimas eleições. Mesmo que hoje o bolsonarismo pareça estar em baixa, alguns dos ideais e parte dos discursos que viabilizaram sua eleição, seguem circulando em nossa cultura. Quais foram os elementos do laço social que Bolsonaro tão bem mobilizou em suas campanhas?

Uma janela para o mundo

Em nossa análise, talvez seja oportuno mais uma vez admitirmos, concordando com Freud, que, na mesma medida em que o eu não é senhor em sua própria casa (Freud, 1917), a razão não é o que fundamentalmente sustenta nossa cultura, nem as dinâmicas políticas. Precisamos nos debruçar, de novo, naquilo que é o avesso da razão e da consciência. Não seria o inconsciente uma das maneiras de pensar esse avesso? Aqui, a dimensão do afeto e da representação é fundamental. Dentre as possíveis contribuições da psicanálise para pensar a problemática do bolsonarismo, gostaríamos de destacar a dimensão da fantasia na constituição da realidade humana e na sustentação do desejo e do laço social.

Estudos sobre a histeria

No final do século XIX, aquilo que se convencionou chamar de “histeria” era um dos grandes enigmas da medicina. Sob esse nome seriam identificadas pacientes que sofriam com somatizações, alucinações e angústias profundas, condições às quais não parecia estar associada nenhuma causa orgânica. Uma das hipóteses então exploradas foi a da origem psíquica dessa forma de sofrimento – que atingia mais as mulheres, muito devido à moral repressiva daquele contexto. Foi a partir do contato com as pacientes histéricas e da escuta de seus sofrimentos que Freud pôde se aprofundar em torno da noção de inconsciente, bem como propor o método da associação livre. Em um primeiro momento, Freud e Breuer (1895) consideram que a causa dos sintomas histéricos seria um trauma sofrido pelas mulheres durante a infância, ligado à uma tentativa de sedução por parte de um adulto. Esse acontecimento traumático teria ficado sem representação psíquica, como que escondidos da consciência, retornando então na forma dos sintomas histéricos. Contudo, após perceber a imensa frequência dos casos de histeria e suspeitar de que nem todos poderiam estar relacionados a episódios traumáticos realmente vividos, Freud propõe que os traumas estariam ligados à realidade psíquica, não necessariamente à realidade material. É a partir daí que se instaura a noção de fantasia, compreendida como a forma como os acontecimentos da vida são integrados no aparelho psíquico de cada pessoa, levando em consideração o desejo e os recursos que lhe são disponíveis. Eis uma torção fundamental no entendimento da origem dos sintomas. Os próprios desenvolvimentos de Freud sobre o Complexo de Édipo, por exemplo, são tributários da teoria da fantasia, pois este é o cenário onde o drama familiar se desenrola.

A composição da realidade

Em Freud temos a separação de duas realidades diferentes: uma material, objetiva, e outra psíquica, subjetiva – a fantasia. Ambas as realidades se entrelaçam para que possa ser construído um entendimento possível do mundo em cada sujeito. Lacan aprofunda, em seu ensino, a

concepção de fantasia. Dentre seus desenvolvimentos, cabe mencionar, inicialmente, a diferença fundamental entre Real e realidade. Para isso, lembremos que Lacan (1953) propõe uma articulação entre Real, simbólico e imaginário para pensar os registros da experiência humana. O psicanalista define estes registros da experiência de diferentes maneiras, contudo, nos é suficiente pensar que, enquanto o Real está associado ao não-sentido, ao traumático, ao irrepresentável; ao simbólico podemos associar o duplo sentido, os deslizamentos e a abertura do campo dos significantes; e ao imaginário se pode associar o sentido de uma maneira mais fixada, um fechamento do sentido, como que próximo da certeza. Em Lacan, a proposta freudiana de realidade material, em oposição à realidade psíquica, é substituída pela oposição entre Real e fantasia, esta última compreendida como uma espécie de esforço simbólico-imaginário que busca recobrir e tornar assimiláveis as insistentes investidas do Real em nossas vidas (Jorge, 2010). A fantasia, portanto, se confunde com a própria realidade a qual cada um de nós tem acesso – daí a noção de que a fantasia seria, para o sujeito, como uma janela para o mundo. Ao mesmo tempo, a fantasia consiste em uma espécie de proteção, que busca encobrir as inconsistências do campo do Outro, produzindo mais ou menos sentido para a experiência e permitindo algum contato com o outro e com o mundo. Dado que a experiência humana pode ser considerada “fantasística” no caso das estruturas neuróticas e perversas (ou delirante, no caso das estruturas psicóticas), este pode ser considerado um conceito fundamental para pensarmos a cultura e a política pela via da psicanálise. A partir dele é possível pensar a mediação da experiência da realidade, que ocorre de modo mais ou menos compartilhado com outros sujeitos.

Nos interessa ressaltar mais uma vez o caráter de filtro que podemos associar à fantasia pois, do “mundo externo”, ela tende a assimilar apenas traços que com aquela matriz psíquica se coadunam. Jorge (2010) nos indica que, na neurose, se a fantasia tenta modificar o mundo, o mundo, por sua vez, também modifica a fantasia, como numa via de mão dupla. Já na psicose, o delírio está na mesma posição de mediação com o mundo, mas aqui o “balizamento está prejudicado, e aquilo que seria uma fantasia que reinventa o mundo sempre que este se revela insatisfatório torna-se um delírio ao qual só cabe reconstruí-lo inteiramente (Jorge, 2010, p. 12). Ainda sobre essa questão, Freud (1924), em um pequeno texto chamado “A perda da realidade na neurose e na psicose” nos traz reflexões importantes. O autor revisita a noção de que na neurose não haveria perda de realidade (no sentido de realidade externa, realidade supostamente objetiva), e que esta seria uma característica exclusiva da psicose: na verdade, em ambos os casos há perda dessa realidade, mas isso acontece por vias diferentes. Enquanto na psicose a perda se daria pela via dos delírios e alucinações; na neurose a perda se daria pelo recalque – de cenas traumáticas, por exemplo, ou então de quaisquer outras representações inaceitáveis, inassimiláveis à fantasia sempre atravessada pela moral. “A neurose não nega a realidade, apenas não quer saber dela; a psicose a nega e busca substituí-la” (Freud, 1924, p. 196). Cabe sublinhar que tanto a estratégia

neurótica quanto a psicótica são formas distintas de reparação dos processos psíquicos na relação com o mundo: ambas as estratégias buscam estabelecer alguma estabilização do aparelho psíquico. Há ainda outra analogia possível entre a neurose e a psicose, pois ambas são parcialmente malsucedidas no que se propõem a fazer: o conteúdo recalçado na neurose não encontra um substituto perfeito para representá-lo, o que acarreta no retorno do que foi recalçado, de maneira deformada, nas formações do inconsciente (sintomas, sonhos, atos falhos, lapsos e chistes); da mesma maneira, na psicose a realidade não é sempre remodelada de forma satisfatória e duradoura, o que traz instabilidade para as representações.

Há uma terceira forma de lidar com a realidade, que caracteriza as estruturas perversas: a denegação. Nesse caso, o sujeito tem consciência do que supostamente é esperado dele, mas age como se não precisasse agir de acordo com qualquer lei. Ele não aceita que seu gozo seja barrado e por isso recusa essa lei. A perda da realidade do sujeito perverso é sustentada pelo culto de um objeto-fetichê, que recobre a diferença sexual e, portanto, o afasta da angústia de castração. Do mesmo modo que na neurose, o perverso também fantasia mas, segundo Jorge (2006), a fantasia do primeiro seria constituída no polo do amor, e a do segundo no polo do gozo. Ou seja, são modos diferentes de fantasiar.

Lacan (1967) compreende a fantasia como uma operação que oferece objetos ao desejo, ou seja, só é possível desejar pela fantasia. Ao mesmo tempo, a fantasia organiza as políticas de gozo das quais o sujeito neurótico se serve. Nesse sentido, a fantasia pode ser entendida como o que produz positividade, na forma de objetos para o desejo, frente à negatividade da falta (Teodoro et al., 2023) e ao desejo do Outro. A fantasia de cada sujeito é constituída a partir de diversos elementos, vários deles oriundos das fantasias que já circulam no ambiente em que ele se constitui. Nesse processo, a fantasia do Outro materno é fundamental, pois é a partir dela que poderá se construir algum lugar subjetivo para o sujeito vindouro, que vai utilizá-la como referência no mundo que já estava lá antes que ele nascesse. Para além da constituição do sujeito e da fantasia de modo mais restrito, também nos interessa aquilo que, de alguma forma, se compartilha no laço social e contribui com a constituição de sujeitos e de grupos.

Ideologia como fantasia social

O século XX, sobretudo por conta do desenvolvimento dos meios de comunicação, exigiu que repensássemos a noção de ideologia até então vigente, intrinsecamente ligada ao conceito de reificação e à noção de falsa consciência, conforme apontado por Karl Marx. Em seu lugar, foi necessário transformar a crítica à ideologia num modo de analisar as disposições de conduta dos sujeitos, que se veem como racionais dentro de gramática social. Nesse sentido, a ideologia não seria simplesmente aquilo que não nos deixa ver a realidade por detrás das aparências, mas

justamente aquilo que ordena a vida social (Safatle, 2008; Lima e Castro, 2019). Foram os pensadores da Escola de Frankfurt que perceberam a necessidade de atualização da crítica à ideologia (Safatle, 2008). Se para Marx a ideologia corresponde ao desconhecimento sobre o trabalho investido na forma-mercadoria, Adorno e Horkheimer indicaram que a ideologia está na capacidade de a cultura produzir e reproduzir condutas específicas. Não se trata de algo que nos é imposto, mas de algo que os sujeitos, de alguma maneira, aceitam de bom grado e ajudam a reproduzir. É então que passam a agir de acordo com um padrão específico de racionalidade. A chamada “indústria cultural” (Adorno e Horkheimer, 1985) é o que trata de reproduzir tal sistema normativo, agindo na ordem do gozo. A cultura, a partir daí, é equiparada a uma indústria que fabrica produtos (filmes, programas de rádio, revistas, etc.) de modo padronizado. Mas não se trata de uma via de mão única, uma simples dominação, mas de uma dialética, em que a indústria não necessariamente dita ideias para as massas, mas identifica e atende parte de seus anseios por meio de produtos culturais. A questão aqui é a satisfação que vem do encontro das pulsões com objetos de desejo oferecidos por este sistema normativo, por esta racionalidade. Lima e Castro (2019) afirmam que é a partir da incorporação da economia libidinal pela economia de mercado que se dá o que Sloterdijk chama de “razão cínica”: ela não diz respeito ao desconhecimento da ideologia, ela a conhece, mas o foco se torna a satisfação oferecida por esta realidade. Não é como se os sujeitos não soubessem da ideologia capitalista: eles sabem, e seguem fazendo o que fazem, buscando a satisfação que a ideologia lhes oferece.

Žižek (1996) complementa ao afirmar que ideologia não tem a ver com uma ilusão, não é um erro de julgamento, não é algo que não deixa ver a objetividade da realidade, pelo contrário: o que está em questão é justamente a objetividade da realidade social. O autor fala sobre a “razão irônica” como algo próprio da consciência alienada: ela não é ingênua, mas ela se ironiza para não precisar questionar a realidade. É a partir daí que Žižek propõe uma articulação entre Lacan e Marx para pensar uma nova forma de crítica à ideologia, que passa então a considerar que a própria constituição dialética e histórica da realidade já é, desde sempre, ideológica. Não há separação possível. Aqui, não se trata mais de certo “platonismo ingênuo”, que quer descobrir as formas perfeitas e puras por detrás do mundo das aparências: é como se tivéssemos apenas o mundo das aparências. A questão é o que fazer com isso.

Por ser uma realidade compartilhada socialmente, Žižek trata a ideologia como uma fantasia social. Essa postura se justifica pelo seguinte fato: ainda que na constituição psíquica cada sujeito se aproprie de forma relativamente única dos fragmentos que compõem a realidade, isso não quer dizer que estamos falando de “pura singularidade”, pois vivemos em uma realidade comum, e só o compartilhamento de alguns elementos normativos pode trazer estabilidade para o laço social. A fantasia social, ou fantasia ideológica, “tem por função principal definir e determinar o valor e a significação da realidade socialmente compartilha-

hada” (Teodoro et al., 2023, p. 15). Ela operaria como uma cena inconsciente, dando as coordenadas do desejo e se apresentando como única realidade possível. A ideologia é a forma de o sujeito neurótico se relacionar com o mundo. Não há um “lado de fora” da ideologia, do mesmo jeito que não nos é acessível “o lado de fora” da fantasia. Trata-se, portanto, de uma análise da própria forma da realidade, e não de desvendar um conteúdo oculto. Žižek (1996) afirma que na verdade nós já sabemos do conteúdo secreto e obscuro da ideologia, sabemos das relações de dominação – ainda que ajamos como se não soubéssemos. Nesse sentido, o trabalho da crítica à ideologia seria a de denúncia do cinismo. Assim, o que está em jogo não é estar dentro ou fora da ideologia, mas sim como se sustenta a nossa própria fantasia ideológica, como ela se estrutura e quais seus efeitos ético-políticos. Tem lugar para a falta? Tem lugar pro sujeito? Tem lugar para o outro? Tem lugar para a diferença? Tem lugar pro conflito? Quais as políticas de gozo?

Algoritmo como fábrica de fantasias

Se a fantasia é nossa janela para o mundo, o que aconteceria se essa janela desse vista privilegiada para uma tela de computador ou smartphone? Mais especificamente, o que aconteceria se essa tela mostrasse o mundo somente a partir do filtro seletivo que constitui as redes sociais? Apresentamos, a seguir, alguns dados que podem justificar a importância dessas questões. Lembremos que desde o Orkut, lançado em 2004, houve uma disputa entre diversas plataformas pela preferência dos usuários brasileiros: em 2007, chegou ao Brasil o YouTube e o Facebook; em 2009, chegou o WhatsApp. Segundo o relatório Digital: Brazil (We Are Social & Meltwater, 2018), em 2018, 62% da população brasileira era ativa nas redes sociais. A mesma pesquisa aponta que os brasileiros usam a internet por mais de 9 horas por dia, em média. Um terço desse tempo foi usado em redes sociais. Para entender melhor o apelo delas e seu papel na política brasileira dos últimos, precisamos olhar mais de perto para o algoritmo que define o que aparece (e o que não aparece) nas telas acessadas por cada usuário.

A política como mercadoria

As redes sociais mais populares, WhatsApp, Facebook, Instagram, YouTube, etc., são todas de propriedade de grandes conglomerados transnacionais. Todas elas operam, evidentemente, pela lógica do lucro. E isso passa por buscar aumentar o tempo de exposição dos usuários⁸ à publicidade de todo tipo, por lá veiculada, pois é daí que vem maior parte da renda dessas plataformas de uso gratuito⁹. Fisher (2023) descreve como ocorreu o desenvolvimento dos algoritmos e dissecar o funciona-

⁸Merece atenção que os únicos mercados que chamam seus consumidores ou clientes de “usuários” são o mercado de softwares e o mercado de drogas.

⁹ “Gratuito” pois o pagamento não é feito em dinheiro, mas pelo fornecimento de dados pessoais e atenção.

mento das redes sociais desde seus primórdios, marcando o quanto elas se aperfeiçoaram, abrindo mão de critérios éticos, na arte de prender e vender atenção para publicidade. Os algoritmos que favorecem o “fora da curva”, o escandaloso, o espetacular, a discórdia, etc., fazem essa função de captura. Em diversos casos eles funcionam como uma “caixa-preta”: eles funcionam, geram engajamento, mas não se sabe necessariamente quais conteúdos vão ganhar mais repercussão e quais serão exibidos para cada usuário.

Para além de chamar atenção, outro objetivo dos algoritmos é perfilar os usuários, ou seja, cruzar uma série de informações pessoais de modo a compor perfis, aos quais serão direcionados conteúdos específicos. Essa é uma das grandes diferenças em relação à publicidade do século XX, em que a tônica precisava ser a massificação, não a personalização. O algoritmo “aprende” o que vai despertar mais interesse em cada usuário e, a partir disso, sugere mercadorias e serviços para cada perfil. E nós fornecemos todas as informações que o algoritmo precisa para nos guiar. Contudo, a capacidade de perfilação dos algoritmos já vem sendo, há alguns anos, explorada de outras maneiras. Aqui deixamos de falar apenas de mercadorias ou serviços, pois também passam pelo algoritmo modos de ver o mundo, fragmentos selecionados de realidade, notícias enviesadas, posicionamentos políticos (vários deles, contra a própria política). Esse foi justamente o uso que a Cambridge Analytica fez durante a campanha de Donald Trump e no caso do Brexit. Basicamente, o que a empresa percebeu é que poderia fazer anúncios segmentados de propaganda política. Portanto, passaram a oferecer ideias específicas para públicos específicos: uma solução para cada preocupação pessoal, de modo a angariar votos nas eleições. Existem muitos problemas com esse tipo de uso político dos dados pessoais, pois ele explora nossos pontos fracos com a informação que nós mesmos fornecemos e oportuniza diversas formas de ataque à democracia. Cabe dizer que se a fantasia ideológica já opera como uma espécie de filtro, uma fantasia que se constitui com elementos das redes sociais se estruturaria a partir de um duplo-filtro, já que há também algo como um “recalque algorítmico”, ou seja, aquilo que o algoritmo não mostra a cada perfil. Parte do que vemos no mundo hoje possivelmente é fruto de instabilidades geradas por esse duplo-filtro, com o qual ainda não aprendemos a lidar enquanto sociedade.

Para além de mostrar apenas conteúdos selecionados para cada segmento da população, o funcionamento das redes abre caminho para a exploração da “pós-verdade”¹⁰. O uso político da informação não é novo, mas nos últimos anos pudemos observar que campanhas de desinformação atingiram uma nova escala. Não por acaso, uma série de teorias da conspiração encontraram terreno fértil na internet: desde os já

¹⁰ Pós-verdade (post-truth) foi considerada a “palavra do ano” da língua inglesa em 2016 pelo Dicionário Oxford. Não por coincidência, este foi o ano da eleição de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos. A palavra, muito ligada às redes sociais, define contextos em que fatos parecem ter menos importância do que apelos à emoção ou a crenças pessoais.

antigos movimentos antivacina até movimentos mais novos e complexos, como o QAnon¹¹, dos Estados Unidos. Ou seja, há todo um imaginário complexo e intrincado construído a partir das redes. A questão é que este imaginário tem efeitos concretos, pois eles orientam a ação dos sujeitos ao comporem um sistema normativo de imagens e regras. Conforme explorado por Safatle (2008), o ponto é como o sujeito justifica sua própria racionalidade, e isso depende dos fragmentos de realidade aos quais ele tem acesso. No nosso mundo, mesmo que cada vez mais secularizado, não é necessariamente considerado desarrazoado que uma pessoa se comunique com entidades divinas que fazem parte da cultura ou mesmo que acredite que a posição dos astros na data do nascimento de cada um pode ter consequências práticas na estruturação da sua forma de ser. Estas são posições plenamente possíveis, dependendo de como estamos enredados nos significantes de nossa época. Talvez possamos analisar o conjunto de crenças bolsonaristas da mesma maneira.

Extratativismo digital e o Outro algorítmico

Voltemos à questão da fantasia para analisar como Bucci (2021) propõe pensar a mercantilização do imaginário, um dos componentes da fantasia, na era das Big Techs a partir da noção de “superindústria do imaginário”. Há anos que empresas de tecnologia do Vale do Silício, nos Estados Unidos, figuram entre as empresas com maior valor de mercado¹² no mundo. Mas o que as Big Techs produzem? Para responder, Bucci recorre à economia da atenção: primeiramente a empresa atrai atenção de usuários, depois a vende em um pacote com diversos outros dados pessoais que permitem traçar um perfil. Trata-se de uma forma de extrativismo digital¹³, pois é justamente a apropriação do olhar e dos dados pessoais de cada um dos usuários que confere valor às empresas. Praticamente tudo que fazemos na internet gera rastros de dados pessoais, desde as pesquisas e “curtidas” até dados biométricos capturados por câmeras, smartwatches e afins.

Em relação à publicidade, Bucci (2021) afirma que a venda de mercadorias imateriais, ou seja, signos, imagens e palavras, não é algo novo. Há alguns anos, a televisão já se ocupava de anunciar esse tipo de mercadoria. Contudo, essa produção hoje atinge outro patamar. Os objetos físicos são apenas parte das mercadorias que circulam no mundo, pois o capital aprendeu a fabricar discursos. “O capital deixou de lado os objetos físicos e virou um narrador, um contador de histórias

¹¹ Movimento que alega haver um Estado paralelo, detentor de muito poder, formado por esquerdistas, satanistas, pedófilos e canibais (Fisher, 2023)

¹² A valorização é tamanha que hoje os dados pessoais são chamados de “o novo petróleo”, visto que as empresas mais ricas do mundo no século XX faziam a exploração deste recurso natural.

¹³ Em um mundo em que a atenção se tornou um recurso escasso, disputado pelas empresas de diversos ramos, será que é por acaso que estamos tão preocupados com “déficits de atenção” e afins? Será que existe alguma relação desses aspectos da cultura com o consumo cada vez maior de medicamentos estimulantes?

[...] O olhar não é simplesmente um polo receptor das mensagens ou imagens prontas, mas uma força constitutiva de sentido social” (Bucci, 2021, p. 22). O autor defende que o simples ato de olhar para uma imagem significa trabalhar para que aquela imagem tenha sentido, e é nisso que consiste a superindústria do imaginário: assim ela produz desde os valores das marcas até a reputação de políticos. Esse trabalho se dá inclusive quando o usuário supõe estar apenas se divertindo, como nos jogos eletrônicos e nas redes sociais.

Atualmente quase não há espaço para processos imaginários mais autônomos, como os ligados à religião ou à ciência: todos são atravessados pelo capital, que se apropriou de todas as imagens – que, por sua vez, atraem a atenção. Nesse sentido, a mercadoria, sobretudo a imagem da mercadoria, não é mais usada para dar conta de necessidades básicas, mas sim para compor uma fantasia – e, como toda fantasia, essa também indicaria o caminho da suposta completude do sujeito estruturalmente faltante. Nas redes sociais, as informações que precisamos para compor uma visão de mundo podem ser tratadas como mercadoria e distribuídas de acordo com um algoritmo que irá identificar clientes em potencial. Na contrapartida do extrativismo digital, não se recebe apenas publicidade de produtos e serviços: se recebe elementos para compor uma visão de mundo *on demand*, sob medida. A partir disso parece se esboçar um “Outro algorítmico”, no sentido de que é o algoritmo que vai gerenciar e oferecer aos sujeitos fragmentos de realidade selecionados para que este possa compor sua fantasia.

Do mundo corrompido ao neofascismo

Vivemos um momento em que o entretenimento tratou de assumir para si a sintetização de mitos em nossa época, pois descobriu que eles são mais atraentes que o fato. “As moralidades, as plasticidades e as formas estéticas que orientam a leitura dos noticiários têm parte com os mitos, não com os eventos cotidianos” (Bucci, 2021, p. 57). Esse processo se deu pela captura e apropriação de várias outras atividades humanas que antes operavam de modo mais ou menos autônomas como produtoras dessas narrativas, como a educação, a ciência, a religião, as artes, etc. Há uma associação, portanto, da difusão do entretenimento e da concepção de pós-verdade, visto que fatos têm menos influência do que o apelo às emoções e crenças pessoais. É nesse sentido que o algoritmo pode transformar as redes sociais em câmaras de eco, ou seja, selecionar conteúdos que reforçam crenças existentes, atuando sobre o chamado viés de confirmação. Nesse cenário, posicionamentos mais extremos geram mais engajamento e, portanto, são mais compartilhados – seja para criticar, seja para apoiar. Se em algum momento esse foi um efeito colateral do algoritmo, em seguida isso passou a ser explorado deliberadamente¹⁴. Os agenciadores da desinformação produzem notí-

¹⁴ Vide o “Gabinete do Ódio”, nome pelo qual passou a ser chamada a milícia virtual que ajudou a eleger Bolsonaro e depois fora convidada a ingressar no Palácio do Planalto. Esse grupo era responsável por promover linchamentos virtuais e “assassinato

cias adulteradas e “mimetizam narrativas míticas para induzir a identificação entre a vítima e as causas abjetas para as quais vendem serviços [...] Com uma mão, simulam formatos jornalísticos; com a outra, jogam com [...] sentimentos primários como ódios e preconceitos, para explorar os medos, os desejos e predileções” (Bucci, 2021, p. 58). Nesse sentido, há uma dupla falsificação: a dos fatos e a dos afetos. E isso é muito visível nas mídias brasileiras.

A própria popularização da imagem de Bolsonaro tem a ver com o entretenimento. De 2010 em diante, ele foi convidado frequente de programas populares da televisão brasileira voltados à polêmica e quadros humorísticos. À época, ele era um político de pouca visibilidade, mas tinha opiniões “fortes e controversas”, o que chamava atenção. Talvez em parte como “piada”, Bolsonaro circulou por anos na mídia, onde teve espaço para expor sua visão de mundo enquanto “entretia” espectadores. Nas redes sociais, trechos recortados de suas aparições televisivas viralizaram, dando mais alcance para sua figura e suas ideias, progressivamente naturalizadas. Lembremos também que Jair Bolsonaro é chamado de “mito” por seus seguidores, e que a narrativa mítica de um retorno a um passado glorioso¹⁵ é o fio condutor de seus discursos. Para o bolsonarismo, o Brasil da época da ditadura é remontado como um paraíso: supostamente seguro, honesto, ordeiro, tradicional, sem corrupção, sem “politicamente correto”, sem comunistas. Um outro exemplo que nos interessa é o canal de YouTube chamado “Brasil Paralelo”, que produz conteúdo com a aparência de documentário. Seus vídeos incluem entrevistas de supostos especialistas (várias vezes sem citar nomes ou credenciais), reproduzindo enquadramentos e até vozes que se parecem com documentários dublados. Há uma estética que possivelmente apela à nostalgia para acessar afetos e então dar espaço às visões da direita e extrema-direita. Nos parece muito interessante que Bolsonaro apareça como “mito” e que haja um canal que empregue abertamente o significante “paralelo” em seu nome. É como se deixasse nítida a ideia de que algumas pessoas querem mesmo viver nesse mundo alternativo, que talvez se ajuste melhor aos seus desejos.

Para quem não apoiou Bolsonaro com tanto entusiasmo, ele parece ter ficado na posição de um “remédio amargo, mas necessário”¹⁶, um modo de “barrar a corrupção do PT”. Eliane Brum (2019) afirma que o bolsonarismo se articulou com parte da fantasia social em questão naquele período. A campanha de Bolsonaro soube muito bem colocar o candidato como representante do brasileiro que sente que perdeu privilégios (entendidos como direitos) nos últimos anos. Privilégios estes

de reputação” de pessoas tidas como adversárias do governo. Disparos em massa no WhatsApp e disseminação de notícias fraudulentas foram usadas como meios de ataque (Mello, 2020).

¹⁵ Mais uma característica típica, conhecida no campo de estudos sobre o fascismo como “palingênese” (Carnut, 2021).

¹⁶ Algo que se repete nos fascismos. “O fascismo é assim, de certo modo, um sintoma de males profundos, mas tem o cuidado de não se apresentar como sintoma, mas, antes, como remédio – amargo, necessário e... o único que nos sobra”. (Moraes, 1998, p. 125).

que constituíam o próprio chão da existência dessas pessoas, “aquilo com que faz com que aquele que caminha se sinta em terra mais ou menos firme, conheça as placas de sinalização e entenda como se mover para chegar onde precisa.” (Brum, 2019, p. 243). Desde o início dos governos petistas, de fato, muitas mudanças foram operadas na sociedade brasileira¹⁷. O argumento de Brum é que isso fez com que uma parcela da população se sentisse deslocada, sem lugar. Daí, as acusações sobre a “ditadura do politicamente correto”, que Bolsonaro diversas vezes combateu. É como se o candidato representasse o brasileiro amedrontado, que voltou para cobrar a suposta “liberdade” que lhe fora retirada – “em especial a liberdade de ser violento” (Brum, 2019, p. 247). Logo, quando Bolsonaro assume o poder, é como se o mundo pudesse voltar a fazer sentido. Assim, sem desconsiderar a revolta contra a corrupção sistêmica no Brasil, a revolta do bolsonarismo parece ser mais direcionada à corrupção entendida como um “corrompimento do mundo tradicional”¹⁸ que conheciam.

Mas nem todos os eleitores de Bolsonaro podem ser considerados ressentidos pela perda de privilégios ou temerosos do esfacelamento do mundo. Temos que supor que há uma parcela desse movimento que foi fascistizado com outros artificios. Nos parece razoável crer que no cenário do capitalismo neoliberal, de individualismo extremo, competição e enfraquecimento dos laços, algumas pessoas apenas estivessem procurando conexões, pertencimento, até mesmo um propósito. Se isso é verdade, então foi na extrema-direita que parte dessas pessoas encontrou abrigo, esperança e promessas atraentes¹⁹ – justamente no vácuo deixado pelo campo progressista, que parece não ter operado suficientemente a politização das conquistas sociais e na formação política de base. Neste cenário, o bolsonarismo pôde atuar na política e na micropolítica de um jeito que o campo progressista não conseguiu. Um dos motivos pode ter sido as próprias noções, às vezes bastante restritas, de comportamentos e ideias aceitas pelo progressismo. Ou melhor, não necessariamente essas noções, mas como se lida com quem não as atendem. Se ideias relativamente abstratas de justiça e igualdade ou mesmo valores libertários podem ser mais acessíveis e palatáveis a uma classe média urbana bem-educada, talvez elas estejam deslocadas ou distan-

¹⁷ Alguns exemplo são: Lei Maria da Penha, de 2006, que busca coibir a violência de gênero; o sistema de reserva de vagas nas universidades públicas, em vigor desde 2012; a mudança na legislação trabalhista, que passou a garantir mais direitos às empregadas domésticas, em 2013; as populações LGBTQIA+ conquistaram mais visibilidade e espaço, no cotidiano e na política. Todas essas mudanças também impactaram o modo de vida das famílias brancas e os privilégios que remontam a origem colonial do Brasil.

¹⁸ A ideia de mundo corrompido, degenerado, que precisa ser recuperado, também é típica do fascismo e é o que frequentemente sustenta a posição do “nós contra eles” (Stanley, 2018).

¹⁹ Entre os propósitos oferecidos pelo bolsonarismo parecem estar “salvar o país do comunismo”, “defender a família” e algo como devolver o país às mãos do cristianismo. Tais propósitos lembram, não por acaso, o lema da Ação Integralista Brasileira, “Deus, pátria e família”, da primeira metade do século XX.

tes da realidade de parte da classe trabalhadora mais pauperizada²⁰. Se isso é verdade, pode ser que o progressismo tenha se tornado um campo inacessível a este estrato social, pois não se tratava mais de pertencer a grupos desfavorecidos ou de ter ciência disso: talvez fosse preciso também estar de acordo, de forma coerente, com todo um conjunto de discursos e posturas complexas e, às vezes abstratas, que possivelmente representam dificuldade para uma parcela da população. Este raciocínio precisaria ser melhor explorado em outra oportunidade mas, por ora, vale apontar que Pinheiro-Machado o complementa quando diz que ao “chamar o trabalhador pobre que votou em Bolsonaro de fascista e coxinha [...] apenas afastamos essas pessoas de nós e as jogamos ainda mais para a direita, que, por sua vez, as recebe de braços abertos, sem nenhum pré-requisito (Pinheiro-Machado, 2019, p. 128). Aparentemente, existem formas de combater o fascismo que o alimenta. Nesse sentido, é preciso pensar também em como a própria esquerda ajudou a criar um cenário em que o bolsonarismo se tornou possível e dominante.

Considerações finais

Neste trabalho, nossa intenção foi destacar que hoje há um novo modo de construir e sustentar a fantasia social, que aparece como um desdobramento do avanço dos meios de comunicação, sobretudo as redes sociais. Num mundo cada vez mais individualizado pelas lógicas neoliberais de competição, elas aparecem no lugar daquilo que pode restabelecer conexões e comunidade. Mas ao engajar nessas redes, o sujeito é usado como recurso e sua atenção, capturada pelo conteúdo, é vendida à publicidade. Em contrapartida, ele recebe fragmentos de realidade que compõem visões de mundo enviesadas. A busca por conexão, entendida como um sinal de vida e de desejo, tem sido organizada de modo a dar sustentação a políticas mortíferas, polarizadas, que propõem, de novo, a lógica do “nós contra eles”, típica do fascismo. Em geral, não há mediação ética na lógica algorítmica: interessa apenas aquilo que engaja. A radicalização e a polarização são parte dos efeitos dessas lógicas e cada bolha produzida oferece sua própria versão da realidade aos usuários. Eis parte do perigo do uso indiscriminado das redes. Mas fique claro: não se trata de fazer oposição à tecnologia: nosso problema é anterior a ela e mais geral. Ainda assim, é preciso compreender melhor a lógica das redes e seus efeitos éticos e políticos. Nos parece urgente que tanto a psicanálise quanto as teorias críticas se detenham sobre essas questões, pois é preciso abordar as redes sociais para além do narcisismo, e é preciso falar sobre o fascismo para além dos fenômenos de identificação com o líder.

Nosso problema já seria grave se se restringisse à internet, mas também é possível ver algo semelhante às lógicas algorítmicas operando

²⁰ Hoje parece frequente que, muito devido às políticas públicas que favoreceram a mobilidade social, como as ligadas ao acesso ao ensino superior, essas duas parcelas da população façam parte da mesma família, em diferentes gerações.

fora da rede. A polarização vista no Brasil parece funcionar nesse sentido, pois cada grupo busca se cercar apenas de semelhantes. Na era das bolhas, conversar com alguém que tem uma visão de mundo diferente se torna um evento cada vez mais raro, dentro e fora das redes. Mas por qual via seria possível tracionar alguma mudança, se estamos escolhendo lugares e relações que não trazem conflito? Onde a nossa presença produz diferença ou contraste? Como construir espaços comuns, de troca, que fure as bolhas? Nos parece necessário imaginar e efetivar outras formas de sociabilidade, de ética e de política, que difiram radicalmente daquilo que o algoritmo propõe, pois diversificar os fragmentos de realidade aos quais cada um tem acesso pode ser um modo de frear políticas de morte.

Relacionar a questão das redes sociais e ascensão do neofascismo com a problemática da fantasia ideológica é uma forma de colocar questões importantes de nosso tempo em perspectiva. Pode ser que os efeitos das lógicas algorítmicas sejam temporários, não sabemos, mas possivelmente a questão da fantasia ideológica seguirá atual. Ainda que se clame que chegamos no momento do fim das ideologias ou até mesmo no fim da história, a correlação entre ideologia e fantasia é uma ferramenta que permite afirmar, mais uma vez, que aquele que pensa estar totalmente fora da ideologia, provavelmente está tão dentro dela que ela parece natural, parece um cenário contra o qual só o que é diferente dela se destaca. Se a crítica à ideologia precisou ser atualizada no século XX devido ao avanço da indústria cultural, será que as redes sociais constituem outro marco a partir do qual vamos precisar, mais uma vez, nos reinventar? A nossa aposta é de que a mudança de um paradigma de massificação para um de personalização é fundamental para pensarmos a política de nosso tempo. Fica nítido que a extrema-direita mundial soube capitalizar em cima do modo de funcionamento dos algoritmos. Como as teorias críticas farão frente à visão de mundo cada vez mais fragmentária e individualizante que nos é continuamente oferecida? Seria a busca pelo retorno à tradição uma defesa contra um mundo cada vez mais acelerado e irreconhecível? Como o campo crítico poderá voltar a se conectar com as demandas populares e, talvez, oferecer algum sentido a quem o procura? Na falta de respostas, nos cabe propor mais perguntas. Boas perguntas talvez nos provoquem a pensar caminhos diferentes.

Vivemos um momento de crise, com efeitos despolitizantes e des-subjetivantes. Como aponta Gramsci, “a crise consiste no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer” (2017, p. 195). Talvez seja este, mais uma vez, o nosso momento histórico. Ao mesmo tempo que o realismo capitalista, conforme descrito por Mark Fisher, aponta que não há alternativas ao capital, a democracia liberal, e o sistema político até então vigente, tem mostrado diversas fragilidades. Não é algo novo que o capital interfira nos processos políticos, mas a lógica do algoritmo traz um desafio novo, sobre o qual ainda precisamos pensar. Em nosso tempo, os avanços tecnológicos ultrapassam em muito a capacidade que os Estados têm de propor regulamentações. Não que as

regulamentações sejam suficientes, mas elas poderiam ajudar a criar condições para a reorganização do laço social. Além do mais, é sabido que as ideias de liberdade irrestrita servem melhor a quem tem mais poder. Em nosso contexto, o apelo emocional, as informações contraditórias e a quantidade de conteúdos das redes parecem criar uma espécie de sideração que barra o pensamento crítico e a ação criativa. Não por acaso, vivemos um momento de profunda falta de imaginação política. Em tempos de insegurança, aceleração, atenção entrecortada e individualismo, a crítica perde lugar. A própria composição de verdadeiros coletivos, que operem pela razão do comum, parece não encontrar espaço nesse contexto, também devido às identidades fragmentadas. Mas, para além das pequenas diferenças, é preciso que o campo crítico volte a pensar no que verdadeiramente nos une a todos. Talvez a agenda ambiental guarde um potencial nesse sentido. Não sabemos se esse potencial se efetivará, dado que o capital tem feito investidas para transformá-la em apenas mais um mercado. A fantasia ideológica também opera aí, ao nos fazer agir como se o futuro estivesse garantido, mesmo que o fim do mundo e a crise climática produzida pelo capital se anunciem diariamente. É por isso que nosso trabalho é, também, denunciar o cinismo e voltar a repolitizar aquilo que o capital tratou de despolitizar. E é preciso, como sempre, agir nas frestas de modo a construir a emancipação possível.

Referencias

- Adorno, T.; Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Birman, J. (2020). *O trauma na pandemia do Coronavírus: Suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. 3a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bucci, E. (2021). *A superindústria do imaginário: Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. 1a edição ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Brum, E. (2019). *Brasil, construtor de ruínas: Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. 1a edição. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- Carnut, L. (2021). Neo-Fascism and the Public University: The Brazilian Conjecture in the Bolsonaro Government. *Journal for Critical Education Policy Studies*. Northampton, v. 19 n.1 p. 312-342.
- Fisher, M. (2023). *A máquina do caos: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*. 1a edição ed. São Paulo, SP: Todavia.
- Freud, S.; Breuer, J. (1895). *Obras completas volume 2: Estudos sobre a histeria*. 1a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Freud, S. (1917). *Obras completas volume 14: História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos")*, Além do princípio do prazer e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- Freud, S. (1924). A perda da realidade na neurose e na psicose. Freud, S. Obras completas volume 16: O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (pp. 193-199). 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Gramsci, A. (2017). Cadernos do Cárcere – Volume 3: Maquiavel - Notas sobre o Estado e política. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.
- Jinkings, I.; Doria, K; Cleto, M. (Orgs.). (2016). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Jorge, M. A. C. (2006). A travessia da fantasia na neurose e na perversão. Estudos de psicanálise. Belo Horizonte, n. 29, p. 29-37.
- Jorge, M. A. C. (2010). Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan – Vol. 2: A clínica da fantasia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- Kehl, M. R. (2009). O Tempo e o Cão: a Atualidade das Depressões. 2ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Lacan, J. (1956). O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- Lacan, J. (1967). A lógica do Fantasma. 1ª edição. Olinda: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2008.
- Lima, A. F.; Castro, E. M. A. (2019). Contribuições psicanalíticas para uma crítica da fantasia ideológica. Teoría y Crítica de la Psicología, 13, p. 221-240.
- Mello, P. C. (2020). A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. 1ª edição. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Moraes, R. C. (1998). Neoliberalismo e neofascismo — es lo mismo pero no es igual? Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, p.121-126.
- Pinheiro-Machado, R. (2019). Amanhã vai ser maior: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. 1ª edição. São Paulo: Planeta
- Safatle, V. (2008). Cinismo e Falência da Crítica. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Schwarcz, L. M. Starling, H. M. (2015). Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- Stanley, J. (2018) Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM Editores.
- Stefanoni, P. (2022). A rebeldia tornou-se de direita? 1ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Teodoro, E. F.; Chaves, W. C.; Silva, M. L. (2023). O feminino na fantasia: entre a dialética do desejo em Lacan e a fantasia social em Žižek. *Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 6-31.

We are social & Meltwater (2018). Digital 2018: Brazil. Consultado el 20 de noviembre de 2023 en <https://datareportal.com/reports/digital-2018-brazil>.

Žižek, S. (1992) *Eles não sabem o que fazem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Žižek, S. (1996). Como Marx inventou o sintoma? Žižek, S. Um mapa da ideologia (pp. 297-331). Rio de Janeiro: Contraponto.

Fecha de recepción: 30 de noviembre de 2023

Fecha de aceptación: 3 de julio de 2024